

COMPANHIA ABERTA

ATA Nº 126 DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 02 DE MARÇO DE 2001.

DATA, HORA E LOCAL: Aos 02 dias do mês de março de 2001, às 14:00 horas, na sede social da Sociedade ("Emissora"), localizada na Rua Marechal Bormann, 1354-E, 1º andar, na cidade de Chapecó, Estado de Santa Catarina.

CONVOCAÇÃO: Realizada nos termos do Art. 18, Parágrafo 2º do Estatuto Social da Sociedade.

PRESEÇA: Presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração, a saber: Srs. Alex Renato De Maura Fontana, Daniel Eduardo Sibers, Roberto Leonardo Maffiol, Ivan Santos De Nadal.

REDA: Presidente, Alex Renato de Maura Fontana; Secretária, Tâneas Maria dos Santos Cibri Veiana.

DELIBERAÇÕES: Os membros do Conselho de Administração decidiram por unanimidade de votos, conforme poderes conferidos na Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 18 de novembro de 2000:

- 01) Alterar o local de registro e negociação das debêntures da 3ª emissão desta Sociedade, de CRLC - Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia para SND - Sistema Nacional de Debêntures, administrado pela ANCIMA - Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto e operacionalizado pela CISTIP - Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos. As debêntures desta emissão serão objeto de distribuição pública com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, através do SGT - Sistema de Distribuição de Títulos, utilizando-se o procedimento diferenciado de distribuição previsto no artigo 13 da Instrução CVM nº. 13, de 30 de setembro de 1999, sendo atenuados preferencialmente os clientes dos Coordenadores, incluindo, portanto, reservas antecipadas, sem fixação de lotes mínimos ou máximos. Adicionar, no Instrumento Particular de Escritura da 3ª Emissão de Debêntures, as seguintes obrigações a serem assumidas pela Emissora:

1) A Emissora obriga-se a:

a) fornecer ao agente fiduciário:

a.1) dentro de, no máximo, 60 dias após o término de seu primeiro semestre social, cópia de suas demonstrações financeiras completas, relativas ao respectivo semestre social;

a.2) dentro de no máximo 120 dias após o término de cada exercício social, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao

respectiva entidade social acompanhadas de parecer dos auditores independentes, bem como cópia de qualquer comunicação feita pelos auditores independentes à emissora, ou à sua administração e respectivas respostas, com referência ao sistema de contabilidade, gestão ou às contas da emissora;

a.3) cópia das informações periódicas e eventuais exigidas pela Instrução CVM nº 202, de 6 de dezembro de 1993, nos prazos ali previstos;

a.4) com antecedência mínima de 15 dias antes da realização de cada Assembleia Geral Ordinária, e 8 (oito) dias antes de cada Assembleia Geral Extraordinária, notificação da convocação da Assembleia com a indicação da ordem do dia, e 30 dias após a realização das Assembleias fornecer cópias de todas as atas, bem como de todas as reuniões do Conselho de Administração, do Diretoria e do Conselho Fiscal;

a.5) na mesma lista de suas publicações, os atos e decisões que, de qualquer forma, visem a envolver interesses dos debenturistas;

a.6) imediatamente, qualquer informação relevante para a presente emissão de debêntures que lhe venha a ser solicitada;

a.7) cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial relevante, ou seja aquela que possa comprometer as atividades normais da Emissora e/ou cujo valor, em conjunto ou individualmente, supere a R\$1 milhão, recebidas pela Emissora, imediatamente após o seu recebimento;

a.8) os comprovantes de cumprimento de suas obrigações perante os debenturistas no prazo de até cinco dias contados da respectiva data de vencimento; e

a.9) informações a respeito da ocorrência de qualquer dos eventos listados na Escritura de Emissão de debêntures, como ocorrido antecipado, imediatamente após a sua ocorrência;

b) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei nº 8.447/92, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras anuais;

c) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar as respectivas registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, e permitir que representantes do agente fiduciário (ou de auditor independente por este contratado, a expensas da Emissora) tenham acesso imediato aos livros e demais registros contábeis da Emissora;

d) convocar Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacionem com a presente emissão nos termos definidos na Escritura de Emissão para convocação de assembleia, caso o Agente Fiduciário não o faça;

e) cumprir com todas as determinações emanadas da CVM, com o envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhes forem solicitadas.

f) submeter, na forma da lei, suas contas e balanços e examinar empresa de auditoria independente registrada na CVM;

g) manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM, e fornecer aos seus acionistas e debenturistas as demonstrações financeiras elaboradas e aprovadas, previstas no artigo 173 da Lei nº 6.404/76, quando solicitado;

h) manter em adequado funcionamento um órgão para atender, de forma eficiente, aos debenturistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;

i) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;

j) notificar o agente fiduciário sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da emissora;

k) não pagar dividendos, ressalvado o disposto no artigo 202 da Lei nº 6.404/76, nem qualquer outra participação estatutariamente prevista, se estiver em mora relativamente ao pagamento de quaisquer valores devidos aos debenturistas, relativos às debêntures objeto da Escritura de Emissão, cessando tal proibição tão logo seja purgada a mora;

l) tomar todas as medidas para que os seus negócios se adequem à regulamentação de proteção ambiental brasileira;

m) conduzir seus negócios de forma diligente e eficiente, sempre de acordo com a melhor prática financeira e comercial;

n) prontamente informar o agente fiduciário qualquer proposta de mudança na natureza ou no escopo dos seus negócios ou operações ou a expansão ou reestruturação de suas unidades industriais e qualquer evento ou condição que possa substancialmente afetar seus negócios e operações;

o) obter e manter válidas, ou, sempre que for o caso, imediatamente renovar, todas as licenças, aprovações e autorizações necessárias à consecução de seus negócios, e operações, e realizar e observar todas as condições e restrições inerentes ou impostas à Emissão por quaisquer referidas licenças, aprovações ou autorizações, e

p) tomar todas as medidas necessárias para assegurar que, durante o prazo das debêntures, haja previsão estatutária de capital autorizado em valor suficiente para a conversão das debêntures sem a necessidade de realização de Assembleia de Acionistas.

2) A Emissão não poderá, exceto quando prévia e expressamente autorizada pelo agente fiduciário, de acordo com a deliberação dos debenturistas:

a) participar de controle ou atuar para alcançar, garantir, ou de qualquer modo se sob qualquer condição, obrigação ou contrair-se pela totalidade ou parte de qualquer obrigação financeira, ou de qualquer outra natureza,

de terceiros, exceto, prestar garantia ou fiança, obrigação ou contrair-se pela totalidade ou parte de qualquer obrigação financeira, a favor de terceiros, nos contratos de venda de seus produtos, nem financiamento por entidades financeiras; ou para a recuperação da dívida com as instituições credoras mencionadas no Fato Relevante publicado em 05 de novembro de 1.999, conforme anexo III, nos jornais Folha de São Paulo e Diário da Manhã de Chapecó – SC.

b) criar ou permitir que sejam criados gravames sobre propriedades, receitas ou outros ativos, presentes ou futuros da Emissora, exceto:

- a.1) a garantia futura prevista na Escritura de Emissão;
- b.2) ônus (incluindo, mas não se limitando, desconto de duplicatas e alienação fiduciária) para garantir o principal de curto-prazo, tais ônus limitados a uma duração de 30 (trinta dias) após sua criação;
- b.3) ônus para garantir o principal de longo-prazo;
- b.4) qualquer ônus tributário ou estatutário, sendo certo que tal ônus deverá ter um prazo máximo de 30 (trinta) dias após a data de sua criação ou geração (a menos que contestado, de boa fé, pela Emissora), quando então deverá ser levantado após 30 (trinta) dias do julgamento final;
- b.5) constituir ônus para a recuperação da dívida com as instituições credoras mencionadas no Fato Relevante publicado em 05 de novembro de 1.999, conforme anexo III, nos jornais Folha de São Paulo e Diário da Manhã de Chapecó – SC.

Para os fins deste item (b), o termo "ônus" inclui qualquer hipoteca, penhor, gravame, privilégio ou prioridade de qualquer tipo, incluindo, sem limitação, qualquer indicação de beneficiário ou acordo similar em qualquer apólice de seguro.

c) participar de qualquer negócio com qualquer acionista da Emissora, subsidiária ou, outra pessoa, exceto no curso normal dos negócios e em condições comerciais normais, firmar contrato de representação comercial exclusiva para compra ou venda de produtos, ou participar de qualquer negócio no qual a Emissora possa pagar mais que o preço comercial normal por qualquer compra ou receber menos que o preço "de mercado" comercial (sujeito aos descontos comerciais normais) por seus produtos,

d) participar de associação, sociedade em conta de participação ou contrato (sem pagamento de royalties (incluindo, mas não se limitando a, partes beneficiárias) ou outros acordos similares, pelos quais as receitas ou lucros da Emissora sejam ou possam ser divididos com quaisquer terceiros, ou participar de qualquer contrato de gerenciamento ou acordo similar, pelo qual seus negócios e operações possam e ter perdas por terceiros,

e) efetuar pagamento antecipado (seja voluntário ou involuntário) ou pré-pagar qualquer de seu principal de longo-prazo (que não se desdobre) ou fazer qualquer pagamento de quaisquer de tais dívidas de acordo com qualquer cláusula de qualquer contrato ou título que disponha sobre o vencimento antecipado no tempo ou em valor, a menos que, em tal caso, e se assim solicitado pelo agente fiduciário, efetue simultaneamente o

pagamento antecipado ou o pagamento do valor principal anualmente devido das debêntures;

f) participar de qualquer acordo ou contrato (incluindo, mas não se limitando a, arrendamento mercantil e locação) para adquirir, por locação, o uso de qualquer propriedade ou equipamento de qualquer natureza, se o valor total a ser pago pela Emissora a título de aluguel, de acordo com tais contratos de locação, exceder o equivalente, em cada exercício social, a US\$1.000.000,00 (um milhão de dólares).

3) Antes da amortização ou da conversão de todas as debêntures, a Emissora não poderá, em nenhum momento, sem a prévia aprovação dos debenturistas que representem no mínimo 3/4 (três quartos) das debêntures de cada série em circulação, reunidos em assembleia especialmente convocada para tal fim:

- a.1) prejudicar, derrogar ou mudar os direitos conferidos pelas ações ou;
- a.2) tomar qualquer medida, por alteração de seu Estatuto Social ou através de reorganização, fusão, incorporação ou venda de ativos ou por qualquer outro modo, que possa vir a resultar aos debenturistas, após a ação de conversão, em desvantagem com relação aos demais acionistas.

ENCERRAMENTO Nada mais havendo a tratar, foi lida e presente ata em forma de sumário, que foi por todos os presentes lida, aprovada e assinada. Chapeví, 02 de março de 2011. Assinaturas: Presidente da Mesa, Alex Renato de Maura Fontana; Secretária da Mesa, Tâneas Mara dos Santos Gibon Videna; Conselheiros: Alex Renato de Maura Fontana, Daniel Eduardo Sidero, Roberto Leonardo Marfisi e Juan Santos De Nadal.

A presente contém com o original do Livro de Registro de Atos das Assembleias do Conselho Superior de Administração da Sociedade, autenticado pela JACRESC sob nº 24374 em 26 de outubro de 1.999.

Chapeví, 02 de março de 2011.

Tâneas Mara dos Santos Gibon Videna
Secretária da Mesa



	JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA
	RECEBIMOS O REGISTRO EM: 21/03/2011
SOB CHAMADO	1381021199
Protocolo: 81/001199-1	DATA: 21/03/2011
Registração: 41 2 000019 1	ASSINATURA: [assinatura]
	SECRETARIA GERAL